

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS  
RUA AFONSO PENA N° 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.  
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO INICIAL nº 489/2021

PROCESSO 197/2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 038/2021

#### **I - EMENTA**

Direito administrativo. Dispensa de Licitação. Contratação emergencial de Empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas, de segunda a domingo e feriados.

#### **II– DOS FATOS**

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, em que se requer a elaboração de parecer jurídico relativo à regularidade do processo de dispensa em razão de justificativa do art. 24, IV e art 26 da lei 8.666/93.

#### **III- RELATÓRIO**

Versam os presentes autos sobre a dispensa de licitação nº 038/2021, para contratação da Empresa PRIMEIRA AÇÃO VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA para prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial.

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Solicitação inicial – evento 02
- 02) solicitação de orçamentos e orçamentos – evento 03
- 03) Solicitação de abertura de licitação – evento 04
- 04) Parecer Contábil – evento 05
- 05) Autorização para abertura de processo administrativo de licitação – evento 06
- 06) Ato de Consórcio – evento 07
- 07) Justificativa de dispensa e termo de referência – evento 08
- 08) documentação proposta vencedora – evento 09
- 09) Ata de Reunião de Abertura e Julgamento de Processos Licitatórios – evento 10
- 10) pedido de parecer jurídico – evento 11

É o relatório

#### **IV– DO PARECER**

Conforme consta do Termo de Referência e da Justificativa, de lavra do Coordenador do Setor consulente, que embora o CONIMS tenha lançado processo licitatório (Pregão Eletrônico nº

036/2021) em outubro de 2021, para contratação do objeto, o mesmo foi SUSPENSO pelo TCE/PR em caráter cautelar (Despacho nº 1575/21-GCIZL, datado de 11 de novembro de 2021, processo nº 679479/21), o qual ainda está pendente de julgamento até o presente momento e com previsão de retomada somente APÓS 24 de janeiro de 2022, quanto o referido Tribunal retomará as sessões de julgamento.

Em razão disso, o contrato firmado com a atual prestadora – MAXORGANI SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME seria mantido até ulterior decisão do TCE/PR. Contudo, mais uma vez, tal empresa deixou de cumprir com suas obrigações contratuais, especialmente as referente ao regular pagamento de seus funcionários lotados nas unidades do CONIMS, o que exigiu a tomada de medidas imediatas e urgentes de substituição do Prestador, sob pena de se perpetuar tais ilegalidades e em evidente risco de não cumprimento de direitos trabalhistas e verbas alimentares dos funcionários da MAXORGANI, bem como evitar a evasão desses empregados dos seus respectivos postos de trabalho.

Desse cenário entende-se tratar de contratação emergencial, com indicação de dispensa de licitação, com fulcro no artigo 24, IV, da Lei 8.666/93:

**Art. 24. É dispensável a licitação:**

[...]

*IV - nos casos de **emergência** ou de calamidade pública, quando caracterizada **urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas**, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;*

A hipótese, como se vê, merece interpretação cautelosa, já que a ausência de licitação é a exceção e sua dispensa deve ser sempre interpretada à luz desse princípio.

No caso, entretanto, as justificativas lançadas nos autos, acompanhadas de farta documentação, demonstram não ser mais possível aguardar a decisão do TCE/PR, frente a risco por fato invencível e imprevisível ao Consórcio. O fator tempo é relevante no presente caso.

Forte nessas considerações, tem-se caracterizada a situação de emergência, de necessidade de atendimento imediato aos interesses tutelados pelo ordenamento, sob pena de sacrifício dos mesmos.

Destarte, mostra-se possível a presente dispensa de licitação, uma vez que restou caracterizada a situação de excepcional de urgência, atentando-se à exigência constante no artigo 26 da Lei de Licitações:

“Art. 26. Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;”

Para que a dispensa ocorra são necessários alguns requisitos, Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo nos ensinam quais as possibilidades legais para que a dispensa ocorra:

*“Podemos falar genericamente em dispensa de licitação para abranger todas as hipóteses em que, embora exista viabilidade jurídica de competição, a Lei autoriza a celebração direta do contrato ou mesmo determina a não realização do procedimento licitatório. **Nos casos em que a lei autoriza a não realização da licitação diz-se ser ela dispensável.**” (ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo descomplicado. 15. Ed. 2008. Ed. Impetus. pg. 464.) (grifos nossos).*

Assim, consoante legislação e doutrina supracitadas, nota-se, que no presente caso o CONIMS está autorizado a realizar a contratação por dispensa de licitação, tendo em vista o caráter essencial e inadiável do serviço público, o qual virá a ser afetado caso não seja efetuada, torna-se indispensável a presente dispensa de licitação, devidamente acompanhada de pesquisa de mercado.

Ressalva-se, contudo, a necessidade de observância do prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que a situação emergencial seja regularizada, o que foi observado na Minuta do Contrato que acompanha os presentes autos.

Celebrado o contrato, há que se determinar a suspensão imediata do Contrato firmado com a Maxorgani, com medida cautelar, sem prejuízo da concomitante abertura de novo processo administrativo apuratório.

## V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, s.m.j., com base nas razões de fato e de direito narradas, essa parecerista se manifesta pelo prosseguimento do feito.

Pato Branco, 29 de dezembro de 2021

Maria Cecília Soares Vannucchi  
OAB/PR 35.313